

1 Aos dezoito dias do mês de maio de 2017, às 9h30m, os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São
2 Francisco - CBHSF reuniram-se no auditório do Hotel Golden Tulip, situado na Avenida Boa Viagem, nº 4.070,
3 Bairro Boa Viagem, Recife, Pernambuco, para participarem da XXXII Plenária Ordinária do CBHSF.
4 **Participaram os seguintes membros titulares:** Nelson Cunha Guimarães, COPASA - Companhia de
5 Saneamento de Minas Gerais; Heloísa Cristina França Cavallieri Pedrosa, Serviço Autônomo de Água e Esgoto
6 de Itabirito - SAAE Itabirito; Evanildo Pereira de Lima, EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento;
7 João Raphael Silva de Queiroz, COMPESA - Companhia Pernambucana de Saneamento; José Roberto Valois
8 Lobo, CASAL - Companhia de Saneamento de Alagoas; João Carlos de Melo, IBRAM - Instituto Brasileiro de
9 Mineração; Deivid Lucas de Oliveira, FIEMG - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais; Jadir Silva
10 de Oliveira, Associação das Indústrias Sucoenergéticas do Estado de Minas Gerais; Sérgio Bastos, FIEB -
11 Federação das Indústrias do Estado da Bahia; Adson Roberto Ribeiro, Associação da Bacia do São Pedro; Ana
12 Paula Bicalho de Mello, FAEMG - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais; José Cisino
13 Menezes Lopes, AIBA - Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia; Ednaldo de Castro Campos, AFAF -
14 Associação dos Fruticultores da Adutora da Fonte; José Bonifácio Valgueiro de Carvalho, DICOP - Distrito de
15 Irrigação do Projeto Cotinguiba/Pindoba; Israel Barreto Cardoso, Associação dos Proprietários Condutores de
16 Barcos da Ilha do Rodeadouro; Vilma Martins Veloso, FEPAMG - Federação dos Pescadores Artesanais e
17 Aquicultores de Minas Gerais; Luiz Alberto Rodrigues Dourado, Associação dos Condutores de Visitantes do
18 Morro do Chapéu; Arnaldo Alves da Silva, Colônia de Pescadores Z-39; José Maciel Nunes de Oliveira,
19 FEPEAL - Federação dos Pescadores do Estado de Alagoas; Renato Junio Constâncio, CEMIG - Companhia
20 Energética de Minas Gerais; Sirléia Márcia de Oliveira Drumond, Instituto Opará; Ricardo Oliveira por Fernando
21 Antônio Sasdelli Gonçalves, ASF - Associação Ambientalista do Alto São Francisco; José Valter Alves,
22 Associação Comunitária de Estiva II; Ronald de Carvalho Guerra - Instituto Guaicuy; Elias da Silva, Associação
23 de Desenvolvimento Sustentável; Rosa Cecília Lima Santos, OSCATMA - Organização Sócio Cultural Amigos
24 do Turismo e do Meio Ambiente; Sílvia Freedman Ruas Durães, COMLAGO - Consórcio e Associações dos
25 Municípios do Lago de Três Marias; Almacks Luiz Silva, Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da
26 Diamantina; Márcio Tadeu Pedrosa, ABES/MG - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e
27 Ambiental/Minas Gerais; Yvonilde Dantas Pinto Medeiros, UFBA - Universidade Federal da Bahia; Julianeli
28 Tolentino de Lima, UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco; Melchior Carlos do Nascimento,
29 CREAL/AL - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia/Alagoas; Honey Gama Oliveira,
30 OAB/SE - Ordem dos Advogados do Brasil/Sergipe; Cícera Leal Cabral, Povos indígenas - Pankará; Lessandro
31 Gabriel da Costa - Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata; João Barbosa de Oliveira - Prefeitura Municipal de
32 Correntina; Agenor do Amaral Souza Filho - Prefeitura Municipal de Juazeiro; Antônio Jackson Borges Lima,
33 Prefeitura Municipal de Penedo; Lucas Martins por Heitor Soares Moreira, SEMAD/MG - Secretaria de Estado
34 de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais; José Geraldo dos Reis Santos, SEMA/BA -
35 Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia; Kênia Régia Anasenko Marcelino, MI - Ministério da
36 Integração Nacional/CODEVASF; Larissa Rosa, MMA - Ministério do Meio Ambiente; Renato Dalla Lana, MME -
37 Ministério de Minas e Energia. **Participaram os seguintes membros suplentes:** Joaquim Ferreira de Medeiros
38 Neto, SAAE Juazeiro; João Virgílio Felipe Lima, COMPESA - Companhia Pernambucana de Saneamento
39 (compareceu apenas no dia 18/05/2017); Valeska Cavalcante da Costa, CASAL - Companhia de Saneamento
40 de Alagoas; Cláudio Júlio Machado Mendonça Filho, DESO - Companhia de Saneamento de Sergipe (no
41 exercício da titularidade); João Eudes Pereira, Votorantim Metais Zinco S.A.; Geraldo Pimentel Barbosa Filho,
42 Condomínio de Irrigação Paracatu Entre Ribeiros; Thaisi C. Tavares de Oliveira, AGROVALE - Agroindústrias
43 do Vale São Francisco S.A.; João Batista de Araújo Silva, UNIVALE - Associação dos Produtores Rurais do
44 Vale do Moxotó (no exercício da titularidade); Domingos Márcio Matos, Colônia de Pescadores Z-60 de
45 Juazeiro; Sonáli Cavalcanti Oliveira, CHESF - Companhia Hidroelétrica do São Francisco (no exercício da
46 titularidade); Francisco Ivan de Aquino, SINDAE - Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio
47 Ambiente da Bahia (no exercício da titularidade); Abelardo Antônio de Assunção Montenegro, UFRPE -
48 Universidade Federal Rural de Pernambuco; Luiz Roberto Porto Farias, OAB/AL - Ordem dos Advogados do
49 Brasil/Alagoas; Wilson José da Silva, Prefeitura Municipal de Patos de Minas; Manoel Silvestre de Araújo,
50 Prefeitura Municipal de Terra Nova (no exercício da titularidade); Aderbal de Castro Meira Filho, SEMA/BA -
51 Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia; Marcelo Cauás Asfora, APAC - Agência Pernambucana de
52 Águas e Clima (no exercício da titularidade); Pedro de Araújo Lessa, SEMARH SE - Secretaria de Meio
53 Ambiente e dos Recursos Hídricos de Sergipe (no exercício da titularidade); Athadeu Ferreira da Silva,
54 Ministério da Integração Nacional/CODEVASF; Bruno Siqueira Abe Saber Miguel, MMA - Ministério do Meio

55 Ambiente; Sônia Elizabeth Lima Santana, FUNAI - Fundação Nacional do Índio (no exercício da titularidade).
56 **Justificaram ausência:** Márcio Pedrosa – ABES MG. **Participaram também:** Alberto Simon Schwartzman,
57 Célia Maria Brandão Fróes, Ana Cristina da Silveira, Manoel Vieira e Maria Zuleide Monteiro - Agência Peixe
58 Vivo; Flávio Henrique Lima e Adriano Teixeira - Prefeitura Municipal de Paulo Afonso; Thaíssa Matias e Elba
59 Alves - SEMA/BA; Ana Paula Moraes, Renato Martiniano, Vanessa Aguiar, Taliano Medeiros, Mônica A. Fábio
60 Araújo da Costa, Gérsica Moraes N. da Silva, Hagen Koch, Pedro Benjamin Monteiro, Joaquim Manoel
61 Florêncio, Maria de Lourdes A., José Davi Calado Ferreira, Paloma Eduarda da Silva, Ihana K. Santos, Camylla
62 Rebeca M. Cunha, Andreia Carmo, Marianna Siegmund, Lorena Cardim Falcão, Renata Maria Carvalho, Marcia
63 Alcoforado, José Almir Cirilo, Vanessa - UFPE; Paulo Vilela, Pedro Vilela, Mariana Salazar, Victor Jucá, Delane
64 Barros, Vitor Luz - Comunicação CBHSF (Tanto Expresso); Patrick Thomaz, Victor Sucupira, Flávia Rodrigues,
65 Joaquim Gondim e Paulo Varela - ANA; Marcello Abreu - SIHS Bahia; Luciana Khoury - Ministério Público da
66 Bahia; Valda Durães - DSEJ/PE; Maria Joene Pires, Marcus Teixeira, Maria das Graças Costa de Melo -
67 CODEVASF; Antônio Eustáquio Vieira - CBH Paracatu; Jadson Pereira de Barros - SAAE Juazeiro; Edvan
68 Ribeiro - Votorantim; Paulo Sales - DINC; Samara Silva - CTC/CBHSF; André Germani, Jacinto Nunes
69 Carvalho e Elmar Laerte - MCSA; Fernando Lobo - COMPESA; Cesar Castro, Caroline Pereira - IPEA; Irani
70 Ramos, José Guilherme, Paulo Pinheiro, Antônio Carlos Vidon - Ministério da Integração Nacional; Elísio Santos
71 Neto - SEMARH/SBF; João Paulo Leitão - APAC; Avelar Damasceno Amorim - IAEPI/REAPI; Antônio
72 Magalhães Ribeiro - SUDENE; Antônio Arthur Barros Mendes - Ministério Público Federal; Eduardo Farias
73 Topázio - INEMA; Hélio Lopes Araújo - UFRPE; Douglas Falcão Wanderley, Heverton Alves Bezerra de Melo e
74 Vanessa Cardim de Aguiar - CHESF; Francisco Carlos - Fazenda Santa Clara; Sofia Oliveira de Barros Correia;
75 João Abner - UFRN; Francisco Barreto Campelo - IBAMA; Cristiane Battiston - Ministério do Planejamento. A
76 reunião Plenária iniciou com a cerimônia de abertura, após atingir o quórum qualificado. Foi feito o informe
77 sobre o tema da Plenária: “Transposição e Escassez Hídrica”, agradecimento ao estado de Pernambuco por
78 acolher a reunião, na pessoa do diretor presidente da Agência Pernambucana de Águas e Clima - APAC, Sr.
79 Marcelo Cauás Asfora e composição da mesa com o Sr. Maciel Oliveira, presidente em exercício do CBHSF,
80 Sr. Marcelo Cauás Asfora, diretor presidente da APAC, Sr. Irani Braga, assessor especial do Ministério da
81 Integração Nacional, Sr. Geraldo Reis, secretário de meio ambiente do Estado da Bahia, Sr. Paulo Varela,
82 diretor da área de gestão da Agência Nacional de Águas - ANA, Sr. Lessandro Gabriel, secretário do CBHSF,
83 Dr. Antônio Arthur Barros, procurador da República, representando o Ministério Público Federal, Sr. Eduardo
84 Tavares, representando a Associação dos Municípios Alagoanos, Sra. Kênia Marcelino, presidente da
85 CODEVASF, Sra. Sílvia Freedman, coordenadora da CCR Alto SF, Sr. Ednaldo Campos, coordenador da CR
86 Médio SF, Sr. Julianeli Tolentino, coordenador da CCR Submédio SF e Sr. Honey Gama, coordenador da CCR
87 Baixo SF. Na sequência convida a todos a ouvir o Hino Nacional. Após a execução do Hino, com a palavra, o
88 presidente em exercício do CBHSF, Sr. Maciel Oliveira agradece a presença de todos e declara aberta a XXXII
89 reunião plenária ordinária do CBHSF. Após seu pronunciamento de abertura, franqueia a palavra para Marcelo
90 Asfora, que dá boas vindas a todos ao estado de Pernambuco. Agradece ao CBHSF a oportunidade da
91 realização da reunião em Recife, onde o povo pernambucano poderá conhecer e se integrar das questões que
92 dizem respeito as ações e importância do CBHSF, indicando o fortalecimento do sistema de gerenciamento de
93 recursos hídricos, principalmente no momento em que o Estado tem promovido consultas públicas para tratar a
94 questão da cobrança pelo uso da água. Fala também sobre a escassez hídrica no sertão Pernambucano e a
95 importância do Rio São Francisco para o nordeste brasileiro. Finaliza convidando a todos a conhecerem mais
96 sobre a cultura pernambucana. Em seguida, o Dr. Antônio Arthur, procurador da República, cumprimenta a
97 todos, agradece o convite feito ao Ministério Público Federal e fala que a bacia tem vivido um momento crítico,
98 porém tem demonstrado o amadurecimento do sistema de gestão de recursos hídricos. Na sequência, o Sr.
99 Irani Braga, assessor especial do ministro da integração nacional justifica a ausência do ministro. Informa que
100 mais dois representantes do ministério estão presentes, o secretário nacional de infraestrutura hídrica, que irá
101 debater sobre a transposição e o diretor da secretaria de desenvolvimento regional, Sr. Walfrido Rocha que
102 cuida da agenda da irrigação. Registra também a presença de outros braços do Ministério, como SUDENE e
103 CODEVASF. Fala do reconhecimento da importância da bacia do Rio São Francisco para o Ministério da
104 Integração Nacional. Diz que é necessária a união de todos para a construção de soluções e alternativas para o
105 enfrentamento da crise hídrica, climática e inclusive econômica. Agradece o convite e passa a palavra para a
106 Sra. Kênia Marcelino, presidente da CODEVASF. Esta agradece a oportunidade e parabeniza a organização
107 pela escolha dos temas da plenária. Reforça a fala do Sr. Irani Braga sobre a necessidade de construir
108 soluções para o problema que está posto. Na sequência o Sr. Paulo Varela, diretor da Agência Nacional de

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

ATA DA XXXII PLENÁRIA ORDINÁRIA REALIZADA NOS DIAS 18 E 19 DE MAIO DE 2017 – RECIFE/PE

109 Águas expressa satisfação em estar na reunião do CBHSF. Diz que o sistema tem amadurecido e reconhece a
110 participação do Comitê nesse processo. Fala sobre as reuniões realizadas todas as segundas feiras com os
111 atores do sistema, para que de forma conjunta, possam propor soluções para o problema da escassez. O
112 CBHSF tem sido chamado a ter um papel preponderante. Informa que a Agência Nacional de Águas irá
113 repassar quatro milhões e meio ao Comitê para que ele possa executar ações específicas em relação a crise
114 hídrica. Finaliza dizendo que está encerrando um ciclo de quatorze anos na ANA. Deixa palavras de
115 reconhecimento, agradecimento, entusiasmo, confiança e estímulo ao futuro do Comitê da Bacia Hidrográfica
116 do Rio São Francisco. Ato contínuo, o Sr. Eduardo Tavares, representante da Associação dos Municípios
117 Alagoanos e prefeito de Traipú expressa sobre os problemas que o baixo São Francisco tem enfrentado. Fala
118 que irá criar uma frente de prefeitos da bacia do São Francisco para defender esse rio que está a caminho da
119 morte. Pede que se mobilize um movimento sério envolvendo a classe política para salvar o Rio São Francisco.
120 Na sequência, o Sr. Geraldo Reis, secretário de Meio Ambiente do Estado da Bahia, fala que foi empossado
121 neste cargo há cerca de três meses e que deseja que a participação do Estado da Bahia seja mais efetiva junto
122 ao CBHSF. Pleiteia a realização da próxima plenária no Estado da Bahia e convida o CBHSF e Agência Peixe
123 Vivo para um diálogo com o Fórum Baiano de Comitês e Conselho Estadual de Recursos Hídricos para abordar
124 a questão da cobrança pelo uso de Recursos Hídricos. Diz estar convicto de que a questão da cobrança é
125 essencial, inclusive para que transforme os comitês de bacias em corresponsáveis pela gestão dos Recursos
126 Hídricos. Finaliza dizendo que o atual contexto de crise generalizada, não só a crise hídrica, a crise fiscal, de
127 endividamento dos estados, crise política nacional, mais do que nunca é necessário a capacidade de
128 construção de consensos e de instâncias como os comitês de bacia. Em seguida, a palavra é franqueada aos
129 coordenadores das câmaras consultivas regionais e secretário do CBHSF que fazem os pronunciamentos de
130 boas-vindas. O Sr. Maciel Oliveira pede a plenária do CBHSF a aprovação de uma moção de agradecimento ao
131 doutor Paulo Varela, pelos serviços prestados ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos,
132 que está se despedindo da Agência Nacional de Águas. Diz que este, sempre com muita ética e
133 profissionalismo, prestou todo apoio ao fortalecimento do CBHSF. A moção foi aprovada por unanimidade.
134 Após a mesa ser desfeita, o secretário do CBHSF, Lessandro Gabriel, assume a condução dos trabalhos e
135 passa a palavra para Maciel Oliveira para dar os informes. O presidente em exercício do CBHSF informa sobre
136 o Conselho Gestor da Revitalização. Diz que junto com o diretor técnico da Agência Peixe Vivo, Alberto Simon,
137 esteve presente em seminário que o Ministério da Integração convocou com a Câmara Técnica de
138 Revitalização, em que puderam apresentar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio São
139 Francisco, um importante instrumento balizador para o programa de revitalização. A próxima reunião do
140 Conselho Gestor deverá ser realizada em julho. Com relação a atualização da metodologia de cobrança, fala
141 que a Câmara Técnica de Outorga e Cobrança, desde o mandato anterior já estava empenhada nessa pauta. A
142 intenção é realizar uma reunião extraordinária, no meio do ano, para aprovação da atualização da metodologia
143 de cobrança. Passa a palavra para Alberto Simon para apresentação sobre o Congresso Mundial de Meio
144 Ambiente na Índia. Este fala que o presidente do Comitê foi convidado, e por motivos particulares, não pôde
145 comparecer, neste sentido esteve presente no evento representando o CBHSF. Diz que o Rio São Francisco
146 tem uma importância mundial, é reconhecido pela sua extensão, volume de água, biomas e estados que
147 atravessa. Fala que foi uma reunião do Tribunal Verde da Índia com instância superior e diversos juízes.
148 Apresentou que o Brasil está mais avançado nesse sentido, enquanto na Índia algumas questões são
149 judicializadas, no Brasil tem a instância do Comitê de Bacia, uma instância de conciliação e negociação no nível
150 da bacia. Conclui dizendo que esse compartilhamento de experiência com outros países é uma fonte de
151 aprendizado e uma divulgação do CBHSF, que deverá ser chamado a apresentar seus trabalhos em outras
152 oportunidades. Em seguida, o secretário do CBHSF passa para o próximo item de pauta. Coloca em aprovação
153 a ata da XXXI Plenária Ordinária do CBHSF, ocorrida nos dias 01 e 02 de dezembro de 2016, em Penedo/AL.
154 Após correções e sugestões de aprimoramento, a ata foi aprovada por unanimidade. O secretário do CBHSF
155 reforça o pedido de encaminhar as sugestões de correção e melhoria da ata via e-mail antes da realização da
156 reunião, já que a mesma é encaminhada com antecedência de trinta dias. Na sequência, convida os
157 participantes que irão compor a Mesa Redonda “A crise hídrica na Bacia do São Francisco”: Yvonilde Medeiros,
158 CBHSF; Kênia Marcelino, CODEVASF; Walfrido Rocha, Ministério da Integração Nacional, Joaquim Gondim,
159 Agência Nacional de Águas e Antônio Arthur, Ministério Público Federal. Com a palavra, Yvonilde Medeiros
160 informa que a sua participação na mesa foi a convite do presidente do CBHSF. Reitera a extrema relevância do
161 tema e fala que é através do comitê que haverá a construção de um diálogo e resolução de conflitos. Explica
162 sobre as reuniões de todas as segundas feiras realizadas na ANA, que tem sido um processo rico, de

163 crescimento e aprendizado, cujos participantes são o CBHSF, ONS, CODEVASF, CHESF, representantes dos
164 Estados como APAC, IGAM, INEMA, dentre outros. Na sequência, Kênia Marcelino, presidente da CODEVASF
165 fala sobre a área de atuação da Companhia e sua missão que é o desenvolvimento das bacias hidrográficas de
166 forma integrada, sustentável e contribuindo para redução das desigualdades regionais. Fala que o grande
167 desafio é, não só conciliar os interesses, mas também fazer a gestão de segurança hídrica para que os
168 diversos usos sejam atendidos. Dentre as linhas de negócios da CODEVASF, tem-se a Agricultura Irrigada -
169 implementação e gestão de perímetro de irrigação e projetos sociais, Infraestruturas Hídricas - construção de
170 barragens, canais, adutoras, sistemas de abastecimento de água e poços; Revitalização das Bacias
171 Hidrográficas - esgotamento sanitário e tratamento de resíduos sólidos (qualidade) e controle de processos
172 erosivos e recuperação de microbacias (quantidade); inclusão produtiva e apoio aos arranjos produtivos locais -
173 aquicultura, apicultura, fruticultura, piscicultura, caprinocultura, agricultura familiar, capacitação de jovens,
174 escoamento de produção e equipamentos e implementos agrícola; universalização do acesso à água -
175 cisternas, sistemas simplificados de abastecimento, barreiros e poços; pesca e aquicultura - centros integrados
176 de recursos pesqueiros e aquicultura e reprodução e repovoamento. Estas ações visam proporcionar segurança
177 hídrica ou minimizar os impactos da falta de água para famílias. Outras ações da CODEVASF, Operação do
178 Projeto PISF (transposição) e execução de emendas parlamentares. Faz um breve histórico da crise hídrica,
179 sendo que o início das discussões para flexibilização da vazão mínima de restrição se iniciou em 2012.
180 Parabeniza a ANA, não só pela decisão em criar e constituir as discussões nas reuniões de toda segunda feira,
181 mas também pela grandeza dos debates que estão sendo realizados e encaminhamentos e providências que
182 estão sendo adotadas. Informa que a CODEVASF tem feito algumas intervenções para adaptação da nova
183 realidade da bacia. Projeta em tela algumas fotos sobre as intervenções que foram realizadas nos projetos
184 públicos de irrigação, desde a melhoria na infraestrutura para evitar perda de água, instalação de flutuantes e
185 bombas para melhoria na captação, desassoreamento de alguns canais. Fala em especial sobre as
186 intervenções necessárias, no valor total de vinte e dois milhões e setecentos, nos municípios de Remanso,
187 Sento Sé, Casa Nova e Pilão Arcado, que ficam no entorno do Lago de Sobradinho. Cita também as
188 intervenções levantadas necessárias nos Perímetros Públicos de Irrigação e possíveis intervenções para
189 travessias. Informa que já foram empenhados recursos na ordem de cento e quatro milhões de reais para ações
190 emergenciais na bacia do Rio São Francisco nos estados: MG, BA, PE, AL, SE. Na sequência, o secretário do
191 CBHSF registra a presença da Dra. Luciana Houry, Promotora de Justiça do Estado da Bahia e passa a
192 palavra para o Sr. Walfrido Rocha, representante do Ministério da Integração Nacional. Este cumprimenta a
193 todos e fala que representa também a Secretaria de Desenvolvimento Regional. Diz que muito do que iria
194 explanar já foi apresentado pela Dra. Kênia Marcelino como, por exemplo, as obras de melhoria na captação de
195 água. Fala que uma grande preocupação é de que se consiga fazer a gestão de forma sustentável, atendendo
196 a todos os usos da bacia. Diz ainda que a secretaria está com o intuito de fazer uma integração maior com o
197 CBHSF. Na sequência, passa palavra para o Sr. Joaquim Gondim, Superintendente de Operações e Eventos
198 Críticos da Agência Nacional de Águas. Este fala que sua apresentação irá retratar o que está acontecendo em
199 termos de hidrologia, de climatologia na bacia e as medidas adicionais que a ANA está propondo para o
200 enfrentamento da crise do segundo semestre. Diz que medidas deverão ser tomadas para atravessar o período
201 seco, que será a partir do final de maio a setembro/outubro, sem comprometimento dos usos múltiplos da bacia.
202 Fala sobre pontos importantes para avaliação: noventa e cinco por cento da água da bacia é produzida no Alto
203 e Médio São Francisco; grande parte da bacia está dentro do semiárido, com rios intermitentes. Fala sobre as
204 finalidades principais da construção dos reservatórios: geração de energia e regulação. Explica através de
205 projeção de mapas as anomalias nas precipitações de 2010 a 2016, diz que estamos sofrendo uma longa seca,
206 uma das piores da história. A primeira discussão de redução de vazão aconteceu em abril de 2013. Informa que
207 se não houvesse as reduções de vazões, Sobradinho tinha secado em novembro de 2014. Foram poupados
208 cinco bilhões de metros cúbicos. Mostra o quadro de reserva de água disponível. Deve-se trabalhar no campo
209 da oferta e da demanda. Fala que em reuniões como esta não deve se discutir apenas sobre a redução de
210 vazão, deve ter uma discussão mais clara e transparente sobre as medidas de redução da demanda para
211 adequar o balanço oferta/demanda. Explica sobre as reuniões semanais da ANA, realizadas por
212 videoconferência, e agora disponíveis na íntegra na internet (*Youtube*) que discutem basicamente sobre o que
213 vai acontecer de maio a novembro, como aumentar a segurança hídrica e a manutenção de estoques
214 estratégicos nos reservatórios. Explica em detalhes a operação dos reservatórios de Três Marias e Sobradinho.
215 Diz que a proposta da ANA é não entrar no volume morto de Sobradinho até novembro. Fala da importância do
216 CBHSF e da ANA na mediação de conflitos e disponibilização das informações para que as pessoas possam

217 tomar suas decisões de forma adequada. Mostra os cenários da operação de vazões. Na sequência passa a
218 palavra para o Sr. Patrick Thomaz, superintendente adjunto da Superintendência de Regulação da ANA para
219 apresentar sobre a gestão da demanda. O representante da ANA fala sobre o Dia do Rio, uma medida para
220 redução da demanda. Informa que a vazão total de retirada é da ordem de trezentos e vinte metros cúbicos por
221 segundo, sendo que o uso de maior retirada é a irrigação, seguida de abastecimento humano e outros usos.
222 Fala que a primeira medida que os usuários devem fazer é a adaptação das captações, seja pela mudança do
223 ponto de capação, fazer instalações de captações flutuantes, dragagem para melhor acesso a água, dentre
224 outros. A segunda medida recomendada é a redução das retiradas de água. Em função do tamanho da bacia
225 do Rio São Francisco, da quantidade de usuários, da complexidade que é a implementação e o
226 acompanhamento de regras na bacia, surgiu a ideia de se criar o Dia do Rio, que seria um dia determinado por
227 semana em que todas as captações e os usos para irrigação devem ser suspensos, e com isso irá conseguir
228 uma redução das vazões totais retiradas na bacia. Medida de restrição para o rio principal e para os afluentes
229 perenes, como também para as águas subterrâneas, com destaque para o Aquífero Urucuia. A bacia do Rio
230 Verde Grande é exceção, pois já existem regras vigentes para usuários de irrigação. A economia estimada é de
231 quarenta metros cúbicos por segundo, uma quantidade adicional que chegará aos reservatórios e irá ajudar a
232 preservar os volumes dos mesmos por mais tempo. Informa que a ANA em conjunto com a CODEVASF, o
233 Ministério da Integração, CENAD e Defesa Civil estão conduzindo um levantamento junto as operadoras de
234 saneamento e os perímetros irrigados para identificar para cada captação qual é a situação atual, se está
235 havendo problemas, se ela tem condições de suportar uma redução maior do nível, no ponto onde ela está
236 instalada e quanto que ela poderia suportar de redução a mais do nível. Segundo levantamentos realizados
237 serão necessários cerca de trinta a quarenta milhões de reais para adaptações nas captações. Os Estados e
238 Governo Federal estão sendo cobrados em relação a liberação dos recursos. Fala que o CBHSF poderá apoiar
239 essa alternativa de solução da adaptação das captações. Cita a experiência do CEIVAP (bacia do rio Paraíba
240 do Sul), que tomou uma decisão de alocar uma parte dos recursos que estavam em conta para ações
241 emergenciais de adaptação nas captações. Diz que a Agência Peixe Vivo possui em conta cerca de sessenta e
242 três milhões e quinhentos mil reais, sendo que os maiores pagadores da cobrança pelo uso de recursos
243 hídricos, além do Ministério da Integração com a outorga da transposição, são as companhias de saneamento,
244 como EMBASA, CASAL, COMPESA, COPASA e a CODEVASF. Fala que se o comitê entender adequado,
245 poderá apoiar as ações de adaptação das captações que estão sendo pleiteadas pelos próprios usuários da
246 bacia. Finaliza informando que no Plano de Aplicação Plurianual do Comitê existe uma rubrica chamada
247 implementação de obras de caráter excepcional que eventualmente pode ser utilizada para aplicação nesse tipo
248 de ação, de adaptação das captações. Na oportunidade, Maciel Oliveira fala que o Plano Diretor da bacia
249 dispõe de prioridades e compromissos com o recurso da cobrança. Diz que o recurso financeiro não está
250 parado e cita algumas das aplicações do mesmo. O comitê vai se posicionar com apoio, inclusive financeiro, em
251 relação a possibilidade de adaptações de forma emergencial, mas dentro das possibilidades do comitê. Em
252 seguida, a palavra é franqueada para Dr. Antônio Arthur, Procurador Federal. Este fala da extensão da crise
253 que traz danos sociais, econômicos e ambientais. Fala que a causa, além da questão climática, há também
254 questões de fundo, de natureza estrutural, do estado Brasileiro e comportamental da sociedade. Fala da inércia
255 da contrapartida da transposição, que até hoje não foi houve a inversão de recursos para revitalização da bacia.
256 Além disso, houve baixo grau de investimentos, desencontro entre desenvolvimento e o Plano de Recursos
257 Hídricos, existência do mito do recurso hídrico infinito e gratuito, ausência de implementação dos instrumentos
258 da PNRH, ausência de planejamento para eventos críticos e déficit de licenciamentos ambientais. Explica que
259 antes os conflitos eram compartimentados, locais ou regionais, sendo a judicialização também regional. Já em
260 2015/2016 se tem uma maior integração dos problemas entre Três Marias e Sobradinho e a percepção não só
261 da Agência Nacional de Águas, como também de vários outros atores de que seria imprescindível uma visão
262 integrada de gestão do recurso hídrico na bacia. Cita os protagonismos durante a crise, sendo que houve uma
263 evolução na visão, e atuação maior dos atores: ANA, ONS, e agentes do setor, CODEVASF (MI), CBHSF,
264 municípios, irrigantes, IBAMA, Estados da Bacia, concessionárias de serviço público. O Ministério Público
265 Federal começou tratando o assunto de forma compartimentada, sendo que houve a posterior uma maior
266 aproximação do CBHSF e demais atores. Fala sobre os riscos do conflito federativo judicializado. Explana sobre
267 as reuniões da ANA, entende que é um fórum de discussão consistente e positivo. Diz que formou-se um grupo
268 de trabalho no Ministério Público Federal, em 2016, congregando membros de todos os estados que atuam na
269 bacia, com essa percepção de que a crise era muito mais ampla e merecia muito mais do que soluções ou
270 acompanhamentos pontuais. Houve um reconhecimento institucional do MPF do problema, que está dedicado

271 ao acompanhamento das questões de revitalização da bacia, mas também a possibilidade de criação de
272 atuações regionalizadas no âmbito do MPF. Informa que será analisado pelo conselho superior do MPF a
273 criação de coordenadorias regionais por bioma, e no caso específico do São Francisco, a ideia é que seja em
274 relação à bacia, assim como ocorre nos Ministérios Públicos Estaduais. Fala sobre a Fiscalização Preventiva
275 Integrada, sendo que o MPF abraçou a ideia e informa sobre a primeira FPI na bacia hidrográfica do São
276 Francisco no estado de Minas Gerais. Informa também que há perspectiva de emissão de um decreto sobre os
277 eventos críticos de natureza hídrica, que vai permitir providências suplementares a que se reportou a ANA em
278 sua exposição. Finaliza dizendo sobre ganhos em decorrência da crise, como planejamento para eventos
279 críticos e uso responsável do recurso financeiro. Na sequência, Yvonilde Medeiros retoma a palavra para
280 mediação do debate, antes disso chama atenção para alguns pontos: Papel do Comitê como mediador de
281 conflitos; os Estados devem assumir o seu papel na implementação dos instrumentos de gestão e na eficácia
282 da implementação desses instrumentos, principalmente no que se refere a outorga, cobrança e fiscalização.
283 Com a palavra, Roberto Lobo, fala que em setembro de 2015, a CASAL protocolou ofício ao Ministério da
284 Integração solicitando apoio para as soluções das captações de Delmiro Gouveia, Pão de Açúcar, Traipu,
285 Piaçabuçu, São Braz, e não houve resposta. Diz ainda que um projeto elaborado pela CASAL em que previa a
286 captação de água durante a maré baixa (mais doce) para reservação em um reservatório pulmão, não foi
287 aprovado pela Defesa Civil. A promotora de justiça do Estado da Bahia, Dra. Luciana Khoury informa que no
288 estado da Bahia, com a FPI e com uma série de reuniões que fizeram com a presidência da CODEVASF,
289 EMBASA, e municípios, conseguiram fazer a checagem do que cada órgão diz sobre a conclusão das obras de
290 esgotamento sanitário na bacia na porção baiana. A conclusão foi de que sessenta e três por cento das obras,
291 não estão concluídas, ou foram concluídas, mas não operaram. Há necessidade de recursos para conclusão
292 das obras. Houve uma recomendação conjunta do MPF e MPE para que a CODEVASF termine as obras. A
293 resposta foi que a companhia não tem recursos para terminar todas as obras. Finaliza dizendo sobre a
294 necessidade de ampliação da capacidade de fiscalização, tanto da ANA, quanto dos Estados. Após mais
295 algumas colocações do plenário e esclarecimentos por parte dos participantes da mesa, Kênia Marcelino, após
296 sugestão do Antônio Eustáquio Vieira, secretário do CBH do Rio Paracatu, faz o encaminhamento de uma ação
297 conjunta de conscientização ao longo da bacia do São Francisco, campanhas que possam ser lançadas na
298 mídia pela importância do uso racional da água e o aumento na eficiência do uso da irrigação. Após o intervalo
299 do almoço, os membros da mesa prestaram os esclarecimentos finais. Em seguida, foi projetado um vídeo com
300 uma mensagem do presidente licenciado do CBHSF, Sr. Anivaldo Miranda, que justificou sua ausência por
301 questões de saúde, fala sobre as pautas do CBHSF: questão da redução de vazões, enfrentamento da crise
302 hídrica, necessidade de divulgação do Plano da Bacia, atualização da metodologia de cobrança,
303 cadastramento de usuários da calha da bacia, Projeto Legado da ANA, Pacto das Águas e Pacto da
304 Legalidade. Fala ainda que convidou para participar da Plenária, representantes das comissões organizadoras
305 dos Comitês Parnaíba e Mundaú, cuja formação é urgente. Após a projeção da mensagem, o secretário
306 Lessandro Gabriel convida Maciel Oliveira, Juliane Tolentino, coordenador da CCR Submédio São Francisco,
307 Célia Frões, diretora geral da Agência Peixe Vivo, Alberto Simon, diretor técnico da Agência Peixe Vivo, Valda
308 Santana, chefe de engenharia do Distrito Sanitário Indígena de Pernambuco e Cícera Leal, indígena Pankará
309 para a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o CBHSF, Agência Peixe Vivo, Distrito Sanitário
310 Indígena de Pernambuco e Aldeia Pankará. Com a palavra, Maciel Oliveira fala que o projeto visa o
311 abastecimento humano da comunidade indígena do povo Pankará, que fica em Itacuruba, Pernambuco. Explica
312 que após a assinatura desse acordo de cooperação, o CBHSF poderá lançar edital para a contratação e
313 execução da obra da adutora para o povo Pankará. Com a palavra, Cícera Leal agradece o CBHSF e diz que
314 essa adutora irá oferecer uma melhor qualidade de vida a comunidade indígena. Informa que está percorrendo
315 algumas comunidades para levantamento das necessidades das mesmas. Na sequência, Valda Santana fala
316 brevemente a função do Distrito Sanitário Indígena de Pernambuco no âmbito da Secretaria de Saúde Indígena
317 - SESAI. Após a assinatura do Acordo de Cooperação, Maciel Oliveira informa que a pauta sobre o
318 posicionamento do CBHSF sobre a crise hídrica deverá ser adiada, pois os trabalhos do GT São Francisco
319 tiveram uma pausa, não sendo assim possível deliberar sobre o posicionamento do Comitê. Logo quando o GT
320 voltar a pauta será retomada. Neste sentido, a pedido do Sr. Anivaldo Miranda, a pauta será substituída pela
321 apresentação do Sr. Avelar Amorim, coordenador interestadual do pró-CBH Parnaíba. Este diz que a luta para
322 instituição do comitê já dura dezessete anos. Foram criadas três subcomissões estaduais, em que as
323 discussões se iniciaram (Piauí, Maranhão e Ceará), que é gerenciada pela Comissão interestadual pró CBH
324 Parnaíba. Fala que o maior impacto ambiental da bacia é o desmatamento, acarretando perda da

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

ATA DA XXXII PLENÁRIA ORDINÁRIA REALIZADA NOS DIAS 18 E 19 DE MAIO DE 2017 – RECIFE/PE

325 biodiversidade, erosão e assoreamento dos rios. Explana sobre o histórico da tentativa de instituição do CBH
326 Parnaíba e atribuições da comissão interestadual. Informa que a pendência é a Resolução 109, que é o pacto
327 da União com os Estados, sendo que os três estados devem assinar o mesmo. Agradece a oportunidade e
328 conta com o apoio do CBHSF para criar o CBH do Rio Parnaíba. Em seguida, o secretário do CBHSF passa a
329 palavra para o Sr. Paulo Vilela, diretor da empresa TANTO Expresso, nova empresa de comunicação do
330 CBHSF. Este informa que a empresa é de comunicação, mobilização social, voltada para a comunicação de
331 recursos hídricos há treze anos. Explana sobre os trabalhos já desenvolvidos para o CBHSF, sobre a estrutura,
332 equipe de trabalho e proposta de atualização da identidade visual do CBHSF. Na sequência, a palavra é
333 franqueada para Roberto Farias, coordenador da Câmara Técnica Institucional e Legal - CTIL do CBHSF para
334 apresentação da proposta de deliberação que Consolida o Regimento Interno do CHBSF. Este explica que nos
335 últimos anos o Regimento Interno tem sido atualizado, e o mesmo não foi consolidado, o que dificulta a
336 compreensão e manuseio do Regimento. Neste sentido, a CTIL propõe a consolidação do mesmo. Após
337 discussões, Marcelo Asfora fala que não faz sentido criar uma deliberação para aprovar uma questão que já foi
338 aprovada, ou seja, para organizar os documentos do comitê não é necessário de uma deliberação, é
339 simplesmente uma tarefa operacional, caso contrário, toda vez que houver alteração no Regimento deverá
340 aprovar uma deliberação com a compilação. Fala também sobre uma demanda já solicitada anteriormente, que
341 é a inclusão dos conselhos gestores de reservatórios, equiparados aos Comitês de Bacia, segundo a legislação
342 do Estado de Pernambuco, nas Câmaras Consultivas Regionais. Conclui solicitando que seja destinada uma
343 agenda para discussão da inclusão dos conselhos de reservatórios no Regimento Interno do CBHSF, inclusive
344 colocando em pauta essa questão na plenária extraordinária a se realizar em agosto. Com a palavra, Sonáli
345 Cavalcanti fala que o CBHSF se expressa através de suas deliberações. Informou também que o assunto sobre
346 Conselho Gestor de Açudes já está sendo discutido no âmbito da CTIL. Citada Câmara Técnica solicitou
347 documentação à APAC para análise. Na CTIL foi consenso que a discussão deveria ser levada para avaliação
348 das câmaras consultivas regionais, porque é uma solicitação do Estado de Pernambuco, mas podem existir
349 conselhos gestores de açudes em outras regiões da bacia. Na sequência, Maciel Oliveira coloca em votação a
350 aprovação do documento ou a retirada de pauta para inclusão da mesma na próxima plenária do CBHSF. A
351 pauta foi retirada após votação. Em seguida, ainda com a palavra, Maciel Oliveira registra a entrega do abaixo
352 assinado aos representantes do Ministério Público Federal, ANA, Ministério da Integração Nacional e Ministério
353 do Meio Ambiente, fomentado pela federação dos estudantes de agronomia do Brasil e associação brasileira de
354 estudantes de engenharia florestal, no qual reivindicam ações que proporcionam a revitalização do Rio São
355 Francisco. Na sequência, passa para o próximo ponto de pauta. A coordenadora da CCR Alto São Francisco,
356 Sílvia Freedman, solicita que conste em ata sua insatisfação em relação ao horário de apresentação das ações
357 das Câmaras, devido ao esvaziamento do plenário. Explana sobre a metodologia de trabalho da CCR Alto São
358 Francisco que foi a construção de um plano estratégico, com definição de prioridades de projetos, programas e
359 ações à luz do Plano de Recursos Hídricos da Bacia, sob a coordenação dos membros da CCR Alto. Em
360 seguida, Ednaldo Campos, coordenador da CCR Médio São Francisco, explana sobre as ações da CCR Médio.
361 Na sequência, Julianeli Tolentino, coordenador da CCR submédio São Francisco, fala sobre os projetos e
362 ações desenvolvidas na CCR, em especial a situação da reapresentação de projetos na CCR que foram
363 entregues a coordenação, mas não foram apresentados à Câmara desde 2013. O coordenador da CCR Baixo
364 São Francisco, Honey Gama, fala sobre as visitas aos projetos desenvolvidos, futuras demandas e demais
365 ações desenvolvidas no baixo São Francisco como Planos Municipais de Saneamento Básico, FPI, mobilização
366 para o dia nacional em Defesa do Rio São Francisco, dentre outros. Com a palavra, o secretário do CBHSF
367 pede que seja tirada uma foto oficial e a mesma seja projetada no dia posterior com uma mensagem de
368 agradecimento a todos os membros que ficaram até o final dos trabalhos. Na sequência, encerra as atividades
369 do dia. No dia 19 de maio de 2017, às 9h iniciou-se o segundo dia de reunião. Na abertura dos trabalhos, o
370 secretário do CBHSF faz a leitura da pauta, e convida Maciel Oliveira, José Guilherme Palhares, coordenador
371 da obra no eixo norte, representante do Ministério da Integração Nacional, Almir Cirilo, João Abner e Athadeu
372 Ferreira, representando a CODEVASF para comporem a mesa de debate sobre a Transposição do Rio São
373 Francisco. Com a palavra, José Guilherme se apresenta e fala da sua função no projeto da transposição.
374 Informa que o consultor do projeto conceitual, Doutor Vidon está presente, e se coloca à disposição para
375 esclarecimentos que o plenário tenha sobre o projeto da transposição. Na sequência, José Almir Cirilo fala
376 sobre os desafios da transposição. Explana sobre cenários possíveis das mudanças climáticas nas alterações
377 no regime dos rios, com tendência de aumento na frequência de dias secos consecutivos. Diz que consolidando
378 essa questão haverá o agravamento das condições de armazenamento de água no nordeste, o que poderá

379 afetar as demandas de uso da transposição. Registra preocupação sobre as obras complementares
380 necessárias para que a finalidade do projeto seja atingida. Explana sobre o histórico do projeto da transposição,
381 em que o eixo leste era para atender as necessidades de abastecimento humano de Pernambuco e Paraíba.
382 Diz não enxergar nenhuma perspectiva em um prazo razoável de que Pernambuco comece a ser beneficiado
383 pela transposição. Fala sobre a estratégia de abastecimento de água de Pernambuco, sendo o São Francisco
384 grande fonte de abastecimento sendo vital na sua porção semiárida. Fala ainda que é necessário novas regras,
385 pactos e intervenções, sendo que o grande desafio da transposição será o de cuidar do sistema. Na sequência,
386 a palavra é franqueada para Athadeu Ferreira que fala sobre o papel da CODEVASF no contexto da
387 transposição. Explana sobre o Decreto nº 5.995/2006, Portaria nº 603/2012 do Ministério da Integração
388 Nacional que designou a CODEVASF para exercer a função de operadora do PISF e Decreto nº 8.207/2014.
389 Diz que a gestão não é a CODEVASF que define, ela vai operar seguindo a decisão de um Conselho Gestor
390 designado para tal, que inclusive, o CBHSF faz parte. Fala que a CODEVASF tem expertise para operação e
391 manutenção do sistema. Explana sobre a estrutura do Sistema de Gestão do PISF, providências pré operação,
392 construção do modelo de gestão do PISF e perspectivas. Finaliza dizendo sobre a importância da revitalização
393 da bacia. Em seguida, o professor João Abner, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte fala que a
394 obra ainda é pouco conhecida no aspecto técnico, sendo que a discussão no momento é o impacto na bacia do
395 rio São Francisco. Fala que a afirmação que a transposição é água para consumo humano foi uma estratégia
396 de governo, mas o projeto é político. Diz que os projetos complementares não são obras voltadas para questão
397 social, mas sim para grandes projetos de irrigação. Fala ainda sobre reservatórios o Eixo Leste e Norte e a
398 contribuição deste na Paraíba e no Rio Grande do Norte. Explana sobre o caso do Rio Grande do Norte, seu
399 sistema hidrográfico, disponibilidade hídrica, programas de adutoras e herança da transposição para o Estado,
400 como conflito na bacia do Apodi Mossoró e em Currais Novos. Diz que uma das saídas para o enfrentamento
401 da problemática das secas no nordeste passa pela melhoria dos sistemas de abastecimento de água da região,
402 investindo no setor de produção, o que inclui captação, tratamento e adução até as cidades. Ato contínuo o Sr.
403 Maciel Oliveira agradece as apresentações e abre espaço para discussões e perguntas. Após esclarecimentos
404 dos membros da mesa e diversas contribuições por parte do plenário, Maciel Oliveira registra a presença de
405 Francisco Campelo, superintendente do IBAMA em Pernambuco. Na sequência, coloca em discussão o local
406 para realização da próxima reunião do CBHSF. Explica que a reunião extraordinária de agosto será em Brasília,
407 o local a ser decidido será para reunião ordinária que deverá se realizar em novembro. As cidades de Lagoa da
408 Prata/MG, Juazeiro/BA e Paulo Afonso/BA foram sugeridas. Após votação, a cidade de Paulo Afonso/BA foi
409 eleita para sediar a próxima plenária ordinária do CBHSF, prevista para se realizar nos dias 23 e 24 de
410 novembro de 2017. Ao final, Maciel Oliveira, agradece a presença de todos e declara encerrada a XXXII
411 Plenária Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco. **Ata da XXXII Plenária Ordinária do**
412 **CBHSF aprovada na XXXIII Plenária Ordinária do CBHSF, realizada em Paulo Afonso/BA em 07 de**
413 **dezembro de 2017.**